



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
BARÃO - RS**

Processo Legislativo nº 43/2024

Parecer Jurídico nº: 036/2024

O Projeto de Lei nº2.836, de 25 de abril de 2024 de autoria do Poder Executivo, o qual busca a autorização do Poder Legislativo para abertura de crédito especial por Redução Orçamentária, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) no exercício do ano de 2024.

O objetivo é a reforma nas escolas da Rede Municipal de Ensino (Dindani, Recanto Infantil e Nicolau Bourscheid), que se fazem necessárias em virtude das últimas chuvas fortes, que acabaram danificando as estruturas dos estabelecimentos e se configuram nas seguintes ações: substituição de toldos e melhorias nas calhas e telhados das escolas citadas.

A Lei Orgânica Municipal determina em seu artigo 42, inciso V, in verbis:

Art. 42 – Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito:

V – autorizar abertura de créditos suplementares e especiais, e deliberar sobre os créditos extraordinários abertos pelo Executivo.

Assim, o Poder Executivo tem prerrogativa para requer e a Câmara de Vereadores possui competência para autorizar a abertura de crédito especial por Redução Orçamentária, nos termos da Lei Orgânica do Município e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, salvo melhor juízo, o presente Projeto de lei atende aos requisitos legais quanto a proposição e a matéria, portanto esta assessoria, após análise, **OPINA pela Legalidade e Constitucionalidade do mesmo**, tendo em vista que estão de acordo com a previsão da Lei de Responsabilidades Fiscal e a lei Orgânica Municipal, estando apto a ser analisado pelos Nobres Vereadores da Comissão para a análise e pertinência do presente projeto de Lei.

É o parecer.

Barão/RS, 13 de maio de 2024.

  
Elisane Maciel Silva  
OAB/RS 96.540